

ESMERALDA DOURADO,
ADMINISTRADORA NÃO EXECUTIVA DA SAG

“Em Portugal há práticas menos éticas mas é pouco cartelizado”

A gestora defende que “para não ser um exercício de hipocrisia, ter um código de ética é mais do que ter um procedimento”. A diferença está na sua execução prática

FILIPE FERNANDES



PERFIL

UMA QUÍMICA
QUE COMEÇOU NA BANCA

Esmeralda Dourado, 61 anos, fez o curso de Engenharia Química Industrial pelo Instituto Superior Técnico e iniciou a sua carreira na Covina (indústria de vidro), a que se seguiu a banca como vice-presidente do Citibank, administradora do Banco Fonsecas e Burnay, da União de Bancos Portugueses e do Interbanco, banco criado por João Pereira Coutinho da SAG. Em 2000 passou a ser CEO do grupo SAG onde é administradora não executiva. É ainda administradora do Grupo SGC, presidente do Conselho de Estratégia da Partac SGPS e administradora não executiva do Millennium Gestão de Activos.

Para Esmeralda Dourado, 61 anos, administradora não executiva do grupo SAG, a sua longa experiência profissional diz-lhe que “o ambiente de negócios em Portugal é cada vez menos ético. Hoje há práticas concretas de empresas, escritórios de advogados, consultores em que existe um notório conflito de interesses”. Para a jurada do Best Ethical Practices Awards, “a ética e os negócios deviam ser conciliáveis mas não é linear que o sejam. Se uma empresa quiser ser ética, em stricto sensu, pode ter dificuldades em fazer alguns negócios em enquadramentos específicos”.

Quais são para si os princípios basilares para uma empresa ser uma empresa eticamente responsável?

Os princípios basilares de uma empresa ética estão contidos nas quatro categorias do Prémio de Ética, que está ser lançado pelo **Negócios** e a Cap Gemini, e que são o respeito pelas pessoas, a responsabilidade social, a consciência jurídica e as relações de negócio. Uma empresa eticamente responsável tem respeito pelos seus colaboradores, e é

responsável social e ambientalmente. Diria, que o código de conduta de uma empresa eticamente responsável articula a consciência jurídica e as relações de negócio. É, no fundo, a adopção de regras e de um determinado conjunto de princípios com todos os stakeholders.

Nas empresas existe uma diferença entre o que está codificado e o que se faz a prática ética?

Há uma grande diferença entre a existência dos códigos e o empenhamento na sua implementação e é esta que se deve medir. Hoje em dia muitas das empresas têm códigos de conduta, sobretudo as que estão cotadas pois há recomendações no sentido de o fazer e são avaliadas e escrutinadas em função do cumprimento das recomendações.

Para não ser um exercício de hipocrisia, ter um código de ética é mais do que ter um procedimento. O que mede se uma empresa é mais ou menos ética, é, precisamente, o esforço na implementação desse código e dos princípios nele contidos. Claro que isto tudo a ver com a atitude da gestão. Quem gere tem de

fazer não só a disseminação do código de conduta para conhecimento dos colaboradores mas preocupar-se com a implementação e a qualidade de execução.

A SAG, grupo de que é administradora tem um código de conduta detalhado. Que balanço faz da sua aplicação?

A SAG acaba de rever o seu código de conduta. De uma forma recorrente comparamo-lo com códigos de conduta de outras empresas. Consideramos que o nosso código de conduta é bastante completo porque contém regras abrangendo todos os stakeholders (accionistas, colaboradores, parceiros, fornecedores, concorrência). A actividade do comércio automóvel é uma área muito sensível a acções de branqueamento de capitais e nós temos, desde há muito tempo, normas muito claras sobre isso. Sempre que um colaborador nosso é confrontado com a transacção de um veículo automóvel com valor igual ou superior a 15 mil euros, e o meio de pagamento é em numerário, deve recolher os elementos de identificação do comprador através do preenchi-

mento obrigatório de um modelo próprio disponível no site da ASAE. Já tínhamos esta preocupação e agora, a própria ASAE tem um modelo de preenchimento obrigatório para estes casos.

Durante a sua vida como gestora alguma vez sentiu que a sua empresa foi prejudicada pela cartelização de mercados, acordos tácitos entre concorrentes?

Portugal, até pela sua pequenez, é muito pouco cartelizado. Há práticas menos éticas mas é pouco cartelizado. Pelos sectores de actividade que conheço, acho que o ambiente de negócios em Portugal está menos ético, nomeadamente, devido a conflitos de interesses e práticas menos correctas, mas casos de cartelização são raros e, respondendo à pergunta, nenhuma das empresas em que estive foi prejudicada por este facto.

Hoje há práticas concretas de empresas, em que existe conflito de interesses. O ambiente de negócios em Portugal é cada vez menos ético. Há 30 anos a forma como se fazia negócios era muito diferente de hoje e há uma deterioração efectiva

va, por isso é que prémios como este, que obriguem as pessoas a olhar e a reflectir sobre as coisas de outra forma, são muito importantes. Dou-lhe um exemplo: uma empresa, em que estou como administradora não executiva, comprou há dois anos um grande edifício e foi assessorada por uma consultora imobiliária. Recentemente essa consultora foi recrutada por um dos inquilinos para o apoiar nas negociações para baixar o valor da renda. Diria que sob o ponto de vista ético, é uma prática pouco recomendável...

Como é que uma empresa com responsabilidades éticas pode fazer negócios em mercados em que se tem contar com facilitadores, por exemplo?

Se nos regemos por princípios éticos não se deve contratar um facilitador. Porque é um risco ficar sujeito não só a um processo de penalidades judiciais e de reputação, e até ficar na mão de um sistema de chantagem permanente. É uma questão complexa. Normalmente a forma como se resolve este dilema passa por arranjar associados locais. É um custo de contexto.

Pub



BEST
ETHICAL PRACTICES
AWARDS 2014
CAPGEMINI / JORNAL DE NEGÓCIOS



negocios

